

ESTUDOS LITERÁRIOS FRANCESES EM PORTUGAL: PERCURSOS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Maria Hermínia Amado Laurel
Universidade de Aveiro

Quando cheguei na diligência a Coimbra, para fazer o exame de lógica, retórica e francês, o presidente da mesa, professor do Liceu, velho amável e miudinho, de batina muito asseada, perguntou logo às pessoas carinhosas que se interessavam por mim:

– Sabe ele o seu francês?

E quando lhe foi garantido que eu recitava Racine tão bem como o velho Talma, o excelente velho atirou as mãos ao ar, num imenso alívio:

– Então está tudo óptimo! Temos homem!

Eça de Queirós, "O Francesismo"

Aujourd'hui, le monde ne parle plus français.

Hélène Carrère d'Encausse,
secretária perpétua da Académie Française (2003)

Tentarei nesta comunicação sintetizar alguns aspectos da história dos estudos franceses em Portugal desde finais do século XIX, salientando o momento particularmente relevante da fundação das faculdades de letras no início da segunda década do século XX, após o que me deterei nas linhas de rumo que aquela área de estudos reflecte no momento actual, linhas essas que perspectivam o seu futuro.

A afirmação da excelência e da universalidade da língua francesa pelo literato Antoine de Rivarol (também conhecido por Rivaroli, 1753-1801) que ecoa na memória referencial de todos nós, e a desencantada, mas não menos chocante constatação da Secretária perpétua da Académie Française, Hélène Carrère d'Encausse, segundo a qual "le monde ne parle plus français" (2003), distam entre si de um espaço global de 200 anos¹. Não me deterei sobre a primeira proposição que, por ser tantas

¹ Foi em 1783 que a Academia de Berlim lançou o debate sobre as três questões às quais Rivarol respondeu, convictamente, num longo texto: "Qu'est-ce qui a rendu la langue française universelle?", "Pourquoi mérite-t-elle cette prérogative?", "Est-il à présumer

vezes invocada, viria a assimilar Rivarol a uma certa ideia do francês e da sua projecção no mundo como língua de cultura e de civilização, ideia essa que vamos reencontrar como pressuposto de base no discurso de criação da Alliance Française em Paris, em 1883². É a recepção institucional dos estudos franceses, no espaço de tempo que medeia entre a postura confiante dos herdeiros de Rivarol e a contemporaneidade, que anuncia (e, em certos sectores se assume como o tempo de) "o fim dos estudos franceses" que nos interessa analisar, nomeadamente pelas suas projecções em Portugal, mais propriamente no nosso contexto universitário.

A citação de Eça de Queirós que escolhi para epígrafe da presente reflexão não pode, obviamente, ser desgarrada do contexto efervescente em que se debatiam os intervenientes contemporâneos do nosso arguto intérprete da modernidade, na querela sobre a "defesa e ilustração da língua e da cultura francesas" em Portugal ou a sua contestação, e à qual o artigo em que se encontra referenciada haveria de conferir a tonalidade depreciativa pela qual passaria a ser designada na história da recepção de *certas* influências francesas entre nós – o "francesismo". Querela essa que não pode ser, por outro lado, descontextualizada da questão mais profunda da procura da identidade nacional, tema recorrente não só da obra queirosiana, mas da literatura portuguesa de final do século, em que a postulação simultaneamente europeia – particularmente sensível na invocação, ou mesmo *fascínio*, parisiense (que levaria ao desenlace trágico de Mário de Sá-Carneiro em 1916) – e africana (recordemos *A Ilustre Casa de Ramires*), se manifesta como referente simbólico da nossa literatura.

A citação referida naquele extracto condensa em si mesma a tranquilizante satisfação do avaliador/formador: saber o "seu" francês remete, neste contexto, para o domínio de uma língua que, pela sua excelência formal e estilística³, garante a elocução e a escrita do examinando, mas

qu'elle la conserve?". H. C. D'Encausse proferiu a afirmação citada na abertura do 1º Seminário internacional sobre os estudos franceses organizado sob a égide do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, que teve lugar em Paris em Junho de 2003.

² A criação da Alliance Française de Paris constituiu o primeiro passo dado no sentido da institucionalização da difusão da língua e da cultura francesa à escala mundial. Sobre as origens desta instituição e os seus objectivos, vd. (Bruézière, 1983); sobre a sua história em Portugal, vd. (Laurel, 2002)

³ Convirá salientar aqui a referência à capacidade de recitação de Racine – expoente clássico que viria a tornar-se autor canónico nos programas de ensino – manifestada pelo candidato.

que, de igual modo, pela visão do mundo que lhe subjaz, confirma não só a sua boa formação intelectual como assegura a sua capacidade para uma inserção futura bem conseguida na elite dos seres civilizados.

A exclamação final de contentamento do examinador pode no entanto ser interpretada segundo outra perspectiva. Se ela evoca, por si só, toda uma tradição da influência francesa cuja origem se perde na nossa História, a sua contextualização no irónico artigo "O Francesismo", e no tempo em que este texto foi escrito, desmitifica sem dúvida também a " 'fatalidade' cultural" com que Álvaro Manuel Machado justifica a popularidade da influência francesa entre nós em momentos de agudização da nossa consciência nacional⁴, e cuja particular incidência Eça situa no campo educacional do Portugal seu contemporâneo.

Também o campo educacional internacional, informado por outros condicionalismos políticos, se revela propício à divulgação do francês como língua de cultura e de projecção de valores civilizacionais. Assim, e no caso da própria França, se as motivações da criação da Alliance Française de Paris relevam de aspectos de ordem política e económica, elas definem-se também no plano identitário: necessidade de legitimação, pela vivificação interna e pela projecção internacional, de valores civilizacionais fortemente abalados pela derrota de Sedan e pelo desastroso tratado de Francfort de 10 de Maio de 1871, por um lado e, por outro⁵, necessidade de salvaguarda da presença da cultura e da língua francesa nas colónias. Razões de natureza idêntica iriam justificar a criação dos Institutos franceses em vários países após a primeira guerra mundial. É um facto indelével que o espírito de missão civilizadora e proselitista destas instituições francesas norteou todo um percurso dos estudos franceses no estrangeiro, e particularmente em Portugal, ao longo de boa parte do século XX.

É este espírito que irá projectar, no contexto da educação em que se situa, a dupla missão que instituições que tão ampla e fecunda acção haveriam de desempenhar em Portugal, a nível oficial, como o Instituto Francês (desde finais dos anos 20) ou, no contexto das delegações semi-

⁴ Situação que leva este autor a interrogar-se sobre a oposição possível entre "francesismo" e "iberismo" (Machado, 1984: 12).

⁵ A consolidação da identidade nacional viabilizada também pela abertura ao outro justifica o modelo do seu funcionamento, baseado na parceria cooperativa entre entidades francesas e entidades socialmente representativas das cidades onde se instalava, subjacente à formação dos chamados "comités" locais das Alliances françaises.

-oficiais, a Alliance Française (a partir de 1945), atribuíram ao ensino das letras francesas no estrangeiro: a formação linguística e a formação humana. As suas raízes ideológicas, particularmente evidentes na fundamentação estatutária da Alliance Française de Paris, remontam à contemporaneidade queirosiana e viriam a informar toda uma tradição e um simbolismo dos estudos franceses entre nós. Era por isso do "senso comum" considerar o modelo de formação francês e a formação em francês como garantia de uma educação completa⁶.

O traçado de uma perspectiva mais ampla sobre a história institucional dos estudos franceses no campo do ensino em Portugal, levar-nos-ia a considerar, em paralelo, os percursos que aqueles estudos seguiram, respectivamente, no ensino secundário, a partir da criação dos Liceus, em 1836, por Passos Manuel e, no ensino superior, a partir da fundação do Curso Superior de Letras, com a chancela real de D. Pedro V, em 1859. Os estudos franceses só viriam contudo a ser integrados nos programas de ensino deste Curso a partir da reforma de 1901. Dez anos vão mediar entre este último diploma e o diploma de criação das faculdades de letras na universidade portuguesa⁷.

Não pretendendo analisar aqui os aspectos institucionais e ideológicos que subjazem à criação das então chamadas licenciaturas em Filologia Românica (Laurel, 2001: 285-302), limitar-me-ei a tecer algumas

⁶ Formação que muitas vezes era cometida, no ensino particular ou familiar, a mestres de línguas, preceptores ou Mademoiselle (...s).

⁷ Referiria aqui algumas notas históricas. O ano de 1911 é assinalado pela criação das faculdades de letras em Lisboa e Coimbra, e pela criação de duas universidades, a de Lisboa e a do Porto, por diploma emanado da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial do Ministério do Interior, a 22 de Março. Na universidade do Porto, a faculdade de letras seria criada passados oito anos (1919), por decisão de Leonardo Coimbra no contexto de um conflito explícito com a Universidade de Coimbra. A história desta faculdade foi objecto de estudo pelos ilustres especialistas Profs. Drs Armando Luís de Carvalho Homem, Luís de Pina, Luís de Oliveira Ramos, Victor de Sá e Manuel Gomes da Torre, pelo que relembrei somente que a referida faculdade foi restaurada em 1961, fruto do labor desenvolvido desde 1947 pelo Centro de Estudos Humanísticos, organização dependente do Instituto de Alta Cultura, como refere Armando Luís de Carvalho Homem (Carvalho Homem, 1987: 296), tendo aberto as suas aulas no ano seguinte, nas licenciaturas em História, Filosofia e no curso de Ciências Pedagógicas. O curso de Filologia Românica nela viria a ser instituído em 1968, e iniciado em 1969, tendo sido António Ferreira de Brito o seu primeiro Professor Catedrático no ramo de Literatura Francesa.

considerações sobre a evolução dos estudos franceses decorrentes da própria finalidade que se atribuía às faculdades de letras quer no diploma da sua criação, quer nos diplomas que instituíam as sucessivas reformas e respectivos regulamentos de licenciatura.

O diploma de criação das universidades de Lisboa e do Porto, faz preceder o seu curtíssimo Art. 1º de oito parágrafos introdutórios em que articula todo um pensamento político sobre a função social da universidade, para o desenvolvimento da Democracia em Portugal, sobre cuja actualidade não será despiciendo reflectirmos nos dias que vão correndo... Assim, considera-se que, pela atribuição de bolsas aos estudantes de mérito carenciados, a universidade deve assegurar a todos, sem distinção da condição social ou dos recursos económicos, e a exemplo do que fazem os mais avançados países estrangeiros, dos quais o primeiro a ser citado é a França, "a possibilidade de se elevarem aos mais altos graus da cultura, (...) por forma que a Democracia constitua, segundo a bela definição do imortal Pasteur, aquela forma de estado que permite a cada indivíduo produzir o seu máximo esforço e desenvolver, em toda a plenitude, a sua personalidade". Igualmente se entende que o público estudantil, vocacionado para o ensino universitário, deverá ser constituído por "uma verdadeira elite de alunos, adstritos à assiduidade, treinados no esforço e seleccionados pelo seu mérito nas famílias mais humildes da nação".

Projecto assente na crença esperançosa de que em Portugal, "a presença dessa elite nos lyceus e, especialmente, nos cursos superiores, irá exercer uma verdadeira acção excitante ao trabalho, sobre a massa geral dos alunos, elevando o nível dos estudos e melhorando o coeficiente da sua utilização". O retorno do investimento efectuado naqueles que dariam os primeiros passos dos programas que hoje designamos de "mobilidade", ao ser-lhes oferecida a possibilidade de realizarem estágios no "estrangeiro, para se aperfeiçoarem e especializarem nos seus estudos", está previsto neste diploma através da valorização da sua capacidade para contribuir para a modernização do país através da sua iniciativa esclarecida e fundamentada. Nesta conformidade, deseja a universidade que a experiência vivida e os ensinamentos colhidos não se traduzam na mera "expressão livresca" e importação de "fórmulas já feitas", e "faz mister que a juventude portuguesa assimile directamente e *in loco*, os métodos de ensino, de criação e de aplicação das ciências, para os implantar entre nós e criar centros autónomos de cultura nacional".

Coloca pois este texto legislativo as premissas de uma política universitária promissora, fomentadora da construção de saberes actualizados, promotora de um ensino selectivo, valorizador da qualidade do seu corpo docente e discente, e fundamentando a avaliação do desempenho da universidade em função do seu contributo para o bem público.

É nesta formulação legislativa que se insere e se justifica a criação das faculdades de letras (evolução lógica dos anseios intelectuais dos seus primeiros directores e docentes, provenientes, em largo número, dos extintos Curso Superior de Letras de Lisboa, e da Faculdade de Teologia de Coimbra), a inclusão nos seus planos de estudos das modernas ciências filológicas, e nestas do ensino das chamadas línguas vivas, como a francesa, a inglesa, a alemã, a espanhola e a italiana, associadas às respectivas literaturas, e ainda a criação das Escolas Normais Superiores associadas às faculdades de letras, destinadas a fornecerem "um curso de habilitação ao magistério primário superior", conforme preconiza o art. 10º do Regulamento das Faculdades de Letras, de 19 de Agosto de 1911. É neste contexto ideológico que vamos encontrar articulações possíveis entre os desígnios da educação republicana e as representações simbólicas do ensino do francês e da cultura que este veicula. À valorização da vocação universalista da língua e da cultura francesa que identifica o francês como pátria comum de cultura, correspondem as ideias-chave do credo republicano: universalismo, progresso, justiça, tolerância.

Recorde-se que a questão pedagógica havia sido uma questão determinante no debate ideológico sobre o ensino desenvolvido no advento da República: para além do vasto enunciado que ocupa o diploma fundador das faculdades de letras, de 1911, seria interessante referir aqui o amplo debate que em Portugal se tecia em torno da questão do ensino das chamadas "línguas vivas", na transição do século XIX para o século XX e nos primeiros anos deste século. A atestá-lo bastaria consultar algumas publicações do professor do então chamado Real Colégio Militar, José Justino Teixeira Botelho⁸, por exemplo, que propõe outras finalidades

⁸ Respectivamente, *As línguas vivas na Instrução Secundária: Considerações gerais, Professores, Methodos d'ensino, Conclusões*, Lisboa, Livraria Ferin, 1904, e *Quousque tandem: Programmas, Livros e Material de ensino das Línguas vivas*, Lisboa, Livraria Ferin-Editora, 1911. Duas obras que condensam o pensamento científico e pedagógico esclarecido do autor, bem como constituem uma análise crítica objectiva, mas fortemente empenhada, do estado do ensino das línguas vivas em Portugal no advento da

para o ensino do francês do que a exclusiva boa formação moral dos "meninos", conforme rezavam os manuais em uso para a aprendizagem da língua desde a fundação dos Liceus, por Passos Manuel em 1836. Advogando as mais modernas orientações metodológicas para o ensino das línguas vivas, os seus textos revelam-se como um veemente alertar das consciências sobre os principais males que corroíam este ensino entre nós, não poupando a passividade ministerial, que mantinha legislação obsoleta sobre a questão, nem tão pouco a "desordem nacional" que caracterizava o panorama contemporâneo em várias frentes...⁹

Um percurso rápido sobre as principais reformas das faculdades de letras até à actualidade permitir-nos-á acompanhar a evolução dos estudos franceses no sentido da formação quase exclusiva de agentes de ensino, bem como a progressiva massificação destes estudos entre nós.

A reforma global do ensino de Carneiro Pacheco, consagrada no diploma de 11 de Abril de 1936, fundamenta ideologicamente a política educativa do regime, pelo que incide fundamentalmente sobre o ensino primário e secundário, alvos preferenciais de uma formação social e política orientada, que não se detém, por opção, sobre o ensino superior¹⁰.

A 30 de Outubro de 1957 é publicado o decreto nº 41 341, pelo ministro Francisco de Paula Leite Pinto. Este diploma atribui três funções fundamentais às faculdades de letras, considerando que a "estrutura dos estudos humanísticos", não obstante as reformas de 1918 e de 1930, se norteavam ainda pelo modelo de 1911. No sentido da sua actualização, mas respeitando o princípio fundador deste diploma, especifica as finalidades atribuídas ao ensino nas faculdades de letras:

República (a última publicação adquire, pelo momento em que sai a lume, um significado político particularmente relevante). Referências incontornáveis numa reflexão sobre história do ensino desta matéria entre nós.

⁹ Cítaria, a título de exemplo, o título do manual de Jacob Bensabat (Bensabat, 1887). Repare-se que este autor censura, por motivos morais, o uso, ainda em vigor nos anos 80 do século XIX de textos como o *Telémaco*, de Fénelon, ou as *Fábulas* de La Fontaine, para o ensino do francês via tradução, método preponderante na altura.

¹⁰ Vd. Laurel, Maria Hermínia Amado, "L'enseignement de la langue et de la littérature françaises au Portugal entre 1910 et 1936: aspects idéologiques et institutionnels", in Escalle, M.-C. Kok et Melka, F., *Changements politiques et statut des langues: histoire et épistémologie 1780-1945*, Amsterdam-Atlanta, GA, Editions Rodopi, 2001: 285-302.

1. Formação de um escol no domínio das letras e da cultura humanística, em sentido lato;
2. Preparação de professores do ensino secundário, particularmente do ensino liceal, e de peritos e de outros ramos da vida cultural;
3. Aprendizado da investigação científica no âmbito das disciplinas aí professadas.

Nesta conformidade, e visando alcançar a correspondência entre a excelência do ensino e excelência da aprendizagem, a principal preocupação do legislador incide sobre as medidas a tomar no sentido de "melhorar o ensino em extensão e profundidade" e "fornecer mais sólida preparação científica aos diplomados". Daqui advém, entre outras resoluções, o prolongamento da licenciatura para cinco anos e o aumento do número das disciplinas que compõem o seu elenco curricular¹¹, consagrando em especial que se tomem "medidas destinadas a afastar da inscrição nas cadeiras de Ciências Pedagógicas os estudantes que procuram frequentá-las por motivos especiosos".

Se da reforma de 1957 resulta a consagração do grau de "licenciatura" como garante de uma sólida preparação científica, condição *sine qua non* de um bom desempenho profissional, a reforma de 1968, ao criar o grau de bacharel, para resolver o problema da falta de professores decorrente do aumento da população escolar verificado em Portugal nessa década e na seguinte, permitindo uma apresentação antecipada ao estágio, opta por compromissos de facilitismo que futuramente viriam a ser avaliados através da reformulação destes estudos em modelos de licenciaturas específicas para o ensino. Esta última reforma contribuiu, por outro lado, para efeitos de massificação cujas repercussões se fariam mais tarde sentir no campo profissional, e que não podem ser alheios a uma reflexão sobre a mudança do conceito de universidade e da sua função social.

A reforma de 1978, manifestando embora grande preocupação com a actualização dos conhecimentos, comprovada com a institucionalização das pós-graduações, define como uma das prioridades da reflexão sobre as formações em letras, a questão da profissionalização dos formandos. Assim, ela preconiza que sejam feitos estudos sobre o "agrupamento de disciplinas para efeitos de profissionalização", anuncia já outras "saídas

¹¹ Data desta reforma a introdução da disciplina de Teoria da Literatura nos planos de estudo dos cursos de Filologia.

profissionais" para os alunos de letras, preocupada com a articulação entre formação universitária e mundo do trabalho. Esta reforma anuncia portanto os caminhos que os estudos franceses têm vindo a percorrer nas faculdades de letras nas últimas décadas, em modelos de formação associados ao ensino.

A situação actual, herdeira desses percursos por um lado e, por outro, das reestruturações decorrentes da adesão de Portugal à Comunidade Europeia é, por demais, conhecida de todos. No que toca aos estudos franceses, o debate de que são alvo é uma constante, quer a nível nacional, quer internacional, e enquadra-se na reflexão global sobre os estudos humanísticos, com particular ênfase sobre a questão literária.

Olhando para o quadro daquela evolução, poderia parecer legítimo concluir que o êxito da formação universitária em letras seria inversamente proporcional à preocupação profissionalizante restrita: tratando-se de matérias como as línguas ou as literaturas, pareceria até desvirtuador da sua natureza transformá-los em veículos ou objectos exclusivos de profissionalização. Julgo no entanto que esta é uma forma de encarar o problema capciosa: se é um facto que estudos literários e ensino da literatura não reenviam para a mesma realidade, dado que os primeiros não implicam o segundo, acredito que o ensino da literatura pode levar a um melhor conhecimento da literatura. Saber e fruição não são incompatíveis; pelo contrário, o saber prepara a esclarece a fruição, tornando-se por isso um factor indispensável da formação do gosto pela leitura. E esta deve ser, em meu entender, uma perspectiva prioritária nos estudos literários – quer incidam sobre a literatura nacional ou sobre as literaturas estrangeiras – em Portugal, país referenciado nas estatísticas europeias pelo baixo índice de leitores que apresenta¹².

No que respeita aos estudos franceses, verifica-se entre nós, na actualidade, um fenómeno curioso. Se é um facto que o número de alunos tem vindo a diminuir nos cursos tradicionais ao nível da formação inicial, isto é, da licenciatura (situação para a qual contribuíram também políticas de ensino das línguas estrangeiras contestáveis no ensino básico e secundário, contraditórias das directrizes europeias neste campo¹³, e de

¹² Vd. o estado da questão nos resultados apresentados pelo Educational Testing Service, em <http://ets.org> e nos relatórios da OCDE.

¹³ Vd. nomeadamente os documentos emanados do Conselho da Europa em torno do projecto de constituição do Portfolio Europeu das Línguas.

que hoje somos herdeiros), esse número tem vindo a aumentar substancialmente ao nível da investigação e da produção de teses de mestrado ou de doutoramento. Constate-se também que os domínios sobre os quais estas incidem alargam substancialmente as áreas dos saberes literários tradicionais, permitindo aberturas a perspectivas transdisciplinares ou interdisciplinares enriquecedoras¹⁴.

Ao fazermos uma retrospectiva das principais reformas das faculdades de letras, constatamos que a sua função foi definida segundo objectivos de política educativa diferentes e que correspondem a concepções diferentes das próprias matérias de estudo.

Se no texto de 1911 encontramos toda uma formulação doutrinária consentânea com o generoso ideário republicano da democratização do acesso ao saber como condição de formação humana moderna e esclarecida para as futuras elites governantes (formulação em que ecoa, por sua vez o ideário do modelo revolucionário e republicano francês, legitimador de uma concepção humanista e civilizadora dos estudos franceses), as preocupações da reforma de 1957 incidem substancialmente sobre a actualização e o aprofundamento de saberes cuja legitimação não se contesta: quer pelos conteúdos que veicula quer pelas finalidades a que se destinam, os estudos franceses, e os estudos literários em geral, constituíam uma mais-valia em si mesmos, inquestionável, na altura.

Ao consagrar o abandono do paradigma filológico como garante de uma sólida formação universitária pelo paradigma semiótico-comunicacional, a reforma de 1978 acompanha as tendências contemporâneas de um ensino de línguas essencialmente vocacionado para a comunicação, e que se irão desenvolver nas duas décadas seguintes. Para além disso, o abandono daquele paradigma é acompanhado também por uma mudança nos objectivos formativos das faculdades de letras: à prioridade da formação predominantemente vocacionada para o aprofundamento e actualização científica consignada pela reforma de 1957, o texto de 1978 elege como prioridade a formação pedagógica dos agentes de ensino. No entanto, esta reforma não altera substancialmente os conteúdos disciplinares das literaturas estrangeiras, acentuando antes o fechamento das formações.

¹⁴ A disponibilização dos títulos das teses de mestrado e de doutoramento em estudos franceses em Portugal constitui uma das prioridades da divulgação no sítio internet em breve disponibilizado pela Associação Portuguesa de Estudos Franceses, em <http://www.apef.org.pt>.

Não aposta na flexibilidade curricular, antes insiste na formação unidireccional, privilegiando o ensino do FLE, num panorama em que as literaturas estrangeiras se vêem lamentavelmente banidas do ensino da língua no ensino secundário.

Tendência essa que conhecerá também a política de apoio institucional francês no estrangeiro, através dos serviços culturais das embaixadas, que progressivamente, ao longo dos anos 80 e 90, abandonarão o modelo de intervenção cultural e literário de que o preenchimento de lugares-chave como os da direcção do Instituto Francês ou os leitorados eram um exemplo concreto e actuante, para se dedicarem amplamente às chamadas "actions pédagogiques". Recordaria tão só os nomes de Léon Bourdon, Georges Le Gentil ou de Pierre Hourcade, que, quer pelo seu desempenho institucional como pelas suas actividades de lusitanistas reputados, contribuíram tão significativamente para o fortalecimento dos laços culturais entre a universidade francesa e a universidade portuguesa ao longo de tantas décadas.

Vários factores contribuíram assim, em Portugal, para a evolução dos estudos literários franceses.

No entanto... "Et tout le reste est littérature", proclamava o poeta Paul Verlaine, na sua *Art poétique*...

Apesar de muito glosado, o último verso deste conhecido poema que Verlaine dedica ao esteta simbolista Charles Morice pode talvez ajudar-nos a identificar alguns dos "campos" em que se situam na contemporaneidade os estudos franceses, nomeadamente os estudos literários, campos não canónicos, virtualmente residuais..., mas não por isso menos interessantes, nem tão pouco menos literários, se considerarmos que o poder da literatura vem precisamente das margens em que se inscreve.... margens que o poeta não delimitou...

Fiéis ao poeta, poderemos ler hoje este verso num contexto de esperança dado que, pela sua própria ambiguidade, deixa em aberto uma série de possibilidades.

Deveríamos talvez começar por tentar redefinir o que se poderá entender hoje por estudos franceses, e qual o relacionamento que poderá ainda existir entre estudos franceses e estudos literários.

Se é um facto que a integração – e quase exclusividade – dos estudos literários nos estudos franceses "allait de soi" até há cerca de 20 ou 25 anos, e ainda assim permanece na maior parte dos planos de estudo das licenciaturas que contemplam os estudos franceses em Portugal, a

perda dessa exclusividade não deixou de causar um certo embaraço, senão mesmo um certo abatimento em certos sectores, confrontados com o rótulo de "estudos passadistas" ou "elitistas" que por vezes qualifica os estudos literários. É frequente o questionamento da finalidade dos estudos literários, considerados na sua generalidade, no contexto universitário actual. O fenómeno não é específico do francês, e por isso carece de uma reflexão mais englobante.

A situação institucional universitária portuguesa que descrevemos acima apontava necessariamente para este desfecho, agravada com a criação de 14 universidades novas num curto espaço de tempo após 1973, em algumas das quais a adopção, com carácter de exclusividade, do chamado "currículo integrado", condicionou definitivamente os estudos franceses à sua aplicabilidade didáctica e condenou muito particularmente os estudos literários à sua inutilidade funcional. Verificamos contudo que em outros países, mercê de outros factores, os estudos literários sofreram idêntico abalo.

A Association Internationale des Etudes Françaises, da qual tenho o gosto de ser membro, tem vindo a propor, desde há alguns anos, no seu colóquio anual, uma manhã consagrada ao estado da questão em vários países. Se é um facto que o clima de incerteza e de alguma perplexidade que envolve as perspectivas de desenvolvimento futuro dos estudos franceses condiciona o pensamento de muitos daqueles que são chamados a dar testemunho da situação nos respectivos países – recordaria o desencanto partilhado por Portugal e Espanha na sessão de 2001¹⁵ –, a fundamentada política de cooperação universitária internacional (nomeadamente com instituições francesas) que caracteriza a situação experimentada pela Grã-Bretanha torna-se um marco de referência no contexto actual¹⁶. Bastaria referir o actualíssimo e relevante projecto de publicação electrónica das correspondências dos autores do século XVIII, bem como do aparelho crítico respectivo, prosseguido pela Voltaire Foundation, designado por "Electronic Enlightenment"¹⁷.

¹⁵ Cf. *Cahiers de l'Association Internationale des Etudes Françaises*, 54, 2002, pp. 17-84.

¹⁶ Cf. A sessão organizada em torno de "Les études françaises au Royaume-Uni et en Irlande", coordenada por Michael Sheringham (Royal Holloway College, Londres), no *LVIe Congrès de l'Association Internationale des Etudes Françaises*, Paris, 6 a 9 de Julho de 2004, cujas Actas serão publicadas em 2005, no n° 56 dos *Cahiers* da AIEF.

¹⁷ Herdeira do Instituto Voltaire, criado em Genève, a Voltaire Foundation está sediada em

Entre nós, a questão – cuja problematização ultrapassa a esfera universitária restrita – tem merecido a atenção de reconhecidas individualidades do nosso campo cultural, tais como António Mega Ferreira ou Vasco Graça Moura, que se têm pronunciado sobre as causas do "naufrágio" do francês em Portugal em artigos de opinião vindos a lume em conceituados periódicos nacionais ou em páginas virtuais.

A situação é igualmente abordada com regularidade em sessões de trabalho de profissionais do ensino e de representantes associativos nacionais com os serviços culturais franceses sedeados no nosso país; constituiu mesmo objecto de um alargado encontro em Paris de representantes das mais prestigiadas universidades mundiais, em Junho de 2003, por ocasião do 1º Seminário internacional sobre os estudos franceses organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Francês, ao qual já tivemos ocasião de aludir.

É um facto que a convicção e entusiasmo com os quais o conde de Rivarol respondeu à Academia de Berlim, em 1784, comprovando a universalidade da língua francesa, já deixaram de seduzir muita gente...

Já vão longe também em Portugal os tempos em que um bondoso examinador ficava satisfeito e seguro das boas prestações morais e culturais do seu examinando para toda a vida ao constatar que ele sabia o "seu francês"...

Hoje, ouvimos, em várias modulações, a frase cortante de Hélène Carrère d'Encausse, secretária perpétua da Académie Française proclamar solenemente: "Aujourd'hui, le monde ne parle plus français".

O questionamento dos estudos literários franceses concebidos pelo paradigma filológico, na complementaridade orgânica entre língua-literatura-cultura, e da sua legitimação como pedra ancilar dos estudos de letras, não é só uma consequência da viragem institucional proposta por uma reforma de ensino, ou de novas escolhas estratégicas da acção cultural francesa no exterior. Esse questionamento, alargado à generalidade dos estudos literários, vinha sendo equacionado já, numa perspectiva europeia, de raiz fundamentalmente francesa, pelo pensamento existencialista, após a segunda guerra mundial: bastaria recordar a publicação por Sartre, em 1948, da obra *Qu'est-ce que la littérature?*. Na década de

Inglaterra há 25 anos. Tendo tido como objectivo inicial a edição de todos os escritos voltairianos, esta instituição colabora com associações eruditas estrangeiras tendo em vista publicações de referência no campo epistolar do século XVIII.

setenta o estruturalismo, o desenvolvimento dos novos meios de expressão não-literária, mas que com ela concorrem (recordem-se as premonições fatalistas sobre a morte do livro e da leitura no advento da enfeitadora era virtual) e que recorrem predominantemente à imagem, como a televisão ou o cinema e, posteriormente, a voga dos "cultural studies", promotores de olhares plurifacetados sobre os contextos culturais nos quais a literatura constitui uma manifestação não exclusiva, em breve aliados aos estudos póscoloniais, mais atentos à realidade cultural contemporânea, estes últimos mais difundidos ainda hoje nas universidades anglo-saxónicas do que nas universidades do Sul da Europa, incluindo a universidade francesa, marcam pontos nessa caminhada, ao mesmo tempo, por outro lado, que apontam para novas alianças, ou novos "pactos de leitura", para parafrasear ainda Philippe Lejeune, em torno da abordagem das obras literárias. Caminhada que não terá sido tão precipitada pelo iconoclasta desconstrutivismo como poderia à primeira vista parecer, dado que este se centra ainda e sobretudo sobre o texto literário e sobre as leituras "outras" que pode proporcionar (estas sim, eventualmente iconoclastas, mas, no fundo, alargando até ao infinito os horizontes abertos pela "imagination créatrice" que Baudelaire sacralizara como "la reine des facultés"...), e sobre as suas virtualidades de contra-poder...

O descentramento metodológico e crítico que caracteriza os estudos literários actualmente, convida-nos a perspectivá-los à luz de outras posturas epistemológicas, que convivem mal com a tríade literatura-língua-cultura. Em meu entender, o percurso do questionamento dos estudos literários que esboçámos acima não leva necessariamente ao "fim dos estudos literários", mas decerto ao fim de uma certa ideia dos estudos literários em que os programas institucionais do ensino da literatura (e daquela escola, em sentido amplo, recordada por Barthes que nos faz recordar a literatura como "un souvenir d'école"...), apostaram longamente e que, porventura, se encontram esgotados. Pelo contrário, nesse percurso inscreve-se a sua vitalidade, porquanto permite sustentar perspectivas de análise da escrita como uma forma estética possível de "resposta" do escritor ao mundo – e, por aí, do seu estatuto fortemente empenhado na contemporaneidade. Empenhamento que se quer tornar hoje abrangente do maior número, desmitificando concepções hugolianas demiúrgicas: veja-se o trabalho desenvolvido nos "ateliers de escrita criativa". Resposta estética cujos passos criativos a renovada crítica genética se propõe acompanhar, dessacralizando o texto final tido como produto acabado,

sobre o qual se haviam detido, tanto a crítica filológica como os vários formalismos..., para valorizar e potenciar novos percursos na história da criação literária. Por outro lado, aquele percurso aponta para a leitura das obras na sua transversalidade, como lugar do encontro entre a criação e os saberes que nela se entrecruzam, e aos quais a obra dá voz, permitindo-nos reconsiderar os trajectos recepcionais em que a história literária se constrói também.

Daqui poderão advir orientações de leitura inquietantes talvez, na medida em que obrigam a repensar o lugar da literatura para além do campo das humanidades, mas estimulantes, porquanto reconfiguram o lugar destas no vasto conjunto dos saberes humanos. Orientações de leitura provocatórias, e das quais uma das consequências poderá tão só exigir a contestação da cómoda repartição dos saberes entre letras e ciências, no campo do ensino... e levar-nos a prever desenvolvimentos dos estudos literários (também franceses) em campos não tradicionalmente literários, mas que, na sua especificidade relativa, partilham com o literário a incessante busca de sentido – que sabemos jamais satisfeita – em que se resolve a nossa condição humana...

Uma outra consequência desse acentuado percurso do questionamento da legitimidade dos estudos literários que temos vindo a traçar, e que define, em parte, o novo condicionalismo em que estes se encontram, traz a lume uma questão que atravessa toda a reflexão sobre os estudos literários desenvolvida actualmente no campo do ensino: a da sua legitimação encarada do ponto de vista pragmático da sua finalidade. Nesta conformidade, a universidade é levada a equacionar os estudos literários como qualquer outra área de formação: em função da procura de que são alvo, e não só em função do seu valor intrínseco. Nesta perspectiva, um dos grandes desafios que se colocam hoje aos estudos literários franceses, num contexto cultural que lhes é pouco propício, é precisamente o de os fazer corresponder às expectativas do público ao qual se destinam. Público esse cada vez mais diversificado, quer do ponto de vista da sua formação inicial em língua como em literatura, quer dos objectivos que busca alcançar na sua formação – uma formação utilizável, que rentabilize o investimento feito nos estudos superiores.

Daqui resultam, para já, dois desafios aos estudos literários na universidade:

- A procura de novos públicos, quebrando a relação de dependência quase exclusiva dos alunos provenientes do ensino secundário em letras;
- A abertura a novas postulações, ou seja a aposta em novas estratégias de sobrevivência, que passam pelas múltiplas combinatórias que os estudos franceses (se bem que maioritariamente nas suas vertentes de língua e cultura) estabelecem com outras áreas de formação, desde o jornalismo, ao turismo, à tradução ou à história da arte, entres outras possíveis, no traçado de uma plêiade de "affinités électives" de maior ou menor duração... que não contemplam forçosamente, como primeira escolha dos postulantes (ou daqueles que se tornam postulantes após um longo trabalho de convencimento da necessidade e da oportunidade dos estudos franceses em departamentos onde não se ouve falar francês) a área literária, mas onde esta pode intervir.

Se a perspectivação dos estudos literários em termos de procura e oferta pode parecer chocante ainda para uma universidade mais conservadora, talvez ainda pouco sensível às razões profundas (estruturais e conjunturais) do decréscimo de alunos em letras, ela é uma banalidade na universidade americana, ela própria condicionada pelo mercado fortemente competitivo que regula a sua justificação social.

Uma das consequências desta adaptação ao público tem a ver com a escolha da língua de ensino.

Antoine Compagnon publicou em 1999 na revista *Le Débat*, dirigida por Pierre Nora, um artigo que desejou fortemente polémico – "Pourquoi le français devient une langue comme les autres" –, ao longo do qual analisa as consequências do fim do modelo filológico na actualidade. Inspirado pela sua experiência de ensino numa universidade americana (Columbia) e pelas suas intervenções em outras universidades estrangeiras em países não francófonos, nomeadamente escandinavos, Compagnon encara positivamente a separação necessária entre língua e literatura, uma vez ultrapassado o paradigma filológico nos estudos franceses. Para além da sua própria experiência, refere naquele texto o sucesso de que se revestiu uma lição dada em língua inglesa por Marc Fumaroli, o reputado académico francês especialista do séc. XVII, perante um público alargado de estudantes de história da arte, considerando que "sortir du français, c'est aussi sortir de sa discipline", concluindo que "le résultat,

c'est que l'influence de sa visite a été bien plus considérable que s'il n'avait parlé qu'en français". E Compagnon conclui acertadamente "le français, c'est un fait, ne peut plus être défendu hors de France par des Français qui ne parlent que le français, de même que la littérature ne peut pas se défendre seule". Chamada de atenção evidente para a reorganização necessária dos estudos franceses no estrangeiro, muito particularmente no seu relacionamento com a língua francesa e com as outras disciplinas e áreas do conhecimento.

Este exemplo sugere-nos algumas linhas de reflexão, podendo converter-se assim num estimulante "estudo de caso":

- A primeira, e é o próprio Antoine Compagnon que a reconhece: é que "le maintien du français...ne va nulle part de soi", no contexto mundial actual, em que a banalização das línguas, uma vez concebidas como objecto de troca e já não de cultura, são o sinal da mudança do próprio conceito de cultura. Para o autor de *Les cinq paradoxes de la modernité*, obra publicada nove anos antes, a cultura de hoje caracteriza-se pelo atomismo e pelo relativismo universal. Características que atingem fortemente a herança simbólica de uma língua como o francês, reduzida a não ser mais do que "une langue comme les autres". Atento ao decréscimo da popularidade da língua francesa no mundo, face ao que chama o "koiné" contemporâneo, o inglês, Compagnon tem a consciência clara de que "le maintien de la culture ne passe pas par le rêve d'un empire linguistique", cuja nostalgia subjaz ao mal-estar inicialmente referido e que a aposta na francofonia poderia sublimar, mas que a inexistência do conceito similar de "germanophonie [...] pas plus que celui d'anglophonie", infirmam.
- A segunda, é que a transmissão de uma cultura estrangeira pode ser feita, e tão bem feita, pelas línguas locais, no que valoriza o acesso às traduções e o confronto com as competências de leitores diversificados e em maior número.
- Uma terceira (e a enumeração que fazemos é meramente metodológica e não valorativa) reconhece que outros estudos podem ser articulados com os estudos literários, e alargar assim o âmbito relacional desta disciplina. A experiência de Marc Fumaroli, que o fez "sair da sua disciplina", tanto em termos linguísticos como epistemológicos, resultou na captação de novos públicos e na arti-

culação de novos conhecimentos. Mais do que uma experiência pontual, positiva embora, a experiência de Marc Fumaroli, tanto ou mais pelo facto de ter sido vivida por uma figura da sua envergadura no seio dos estudos literários franceses, constitui a melhor justificação para uma abordagem transdisciplinar dos estudos literários, e, portanto, para o contributo relevante que os estudos literários franceses podem trazer a outras áreas do conhecimento e, conseqüentemente, a outras áreas disciplinares. Por outro lado, e convirá acentuá-lo, ela tornou-se possível devido à própria natureza paradoxal do fenómeno literário: constituindo um universo fechado – não podemos acrescentar uma linha, nem mudar uma vírgula a um poema de Baudelaire ou a um romance de Balzac –, o texto literário abre-se ao leitor e ao seu tempo. Podemos ler em Baudelaire os trajectos de uma literatura "urbana" que vai tecendo entre os seus poemas em verso e em prosa, podemos ler em Balzac os trabalhos científicos de Cuvier ou de Geoffroy de Saint-Hilaire, modelos do seu próprio projecto literário. Podemos ler George Sand para conhecermos a vida dos camponeses do Berry, ou quão desagradável era passar um inverno em Palma de Maiorca, nas primeiras décadas do século XIX, mesmo quando se ouvia tocar Chopin, ou melhor...quando se ouvia Chopin tocar..., ou Rodolphe Töpffer para descobrirmos, em inícios do século XIX, as maravilhas do turismo alpino, ou ler Maurice Chappaz, em plena actualidade, que se revolta contra os malefícios da desenfreada exploração turística nas mesmas paragens, descaracterizadora da natureza que assombrara os primeiros viajantes, ou Ramuz para descobrirmos novas potencialidades gramaticais, sintácticas e poéticas na língua francesa, ou Alice Rivaz, para nos apercebermos das condições de trabalho discriminatórias do trabalho feminino nas instituições internacionais suíças do pós-guerra, ou acompanhar os problemas dos adolescentes ou da mulher nas sociedades industrializadas contemporâneas com Annie Ernaux, ou André Malraux para reflectirmos sobre outras condições humanas..., mas também Andreï Makine ou Patrick Chamoiseau para redescobrirmos o amor e a veneração pela língua francesa nos nossos dias descrentes...

É assim que outras disciplinas integram hoje, com proveito assinalável, o texto literário, revalorizando-o ao mesmo tempo que relativizam o seu lugar no conjunto dos estudos humanísticos, nos estudos culturais, história das mentalidades, história cultural, história dos *media*, na sociologia ou na história do livro, etc.

Se a postura "transgressiva" da leitura do texto literário que aqui antevemos pode parecer sedutora – recorrendo à metalepse genettiana como a figura que a autorizaria (Genette, 2004) –, ela terá de ser consciente de que “à la suite des critiques que les épistémologues constructivistes ont formulées aux conceptions néopositivistes du langage, il n’est plus possible de penser le texte comme un miroir de la réalité, c’est-à-dire comme un lieu de récolte de représentations directes de la réalité”, tal como adverte Lorenzo Bonoli na sua esclarecedora análise das diferenças que identifica entre o modo como se dão a ler os textos ficcionais literários, particularmente os textos considerados "realistas", e os textos científicos factuais (com particular incidência sobre os textos históricos e etnográficos). Para o autor de “*Écritures de la réalité*”, “plus qu’une copie de la réalité, le texte apparaît comme un lieu d’articulation entre une réalité externe observée et des contraintes linguistiques, conceptuelles et méthodologiques propres aux différentes disciplines» (Bonoli, 2004: 19-33).

Por outro lado, a procura de novos caminhos com a qual se debatem hoje os estudos literários (e não só os estudos franceses, nem em exclusividade estes, no conjunto das literaturas estrangeiras) pode levar, sem dúvida, a um alargamento da disciplina ao reconhecimento da transversalidade dos saberes que nela se cruzam, e para o qual apontou o conceito de "intertextualidade", precursoramente formulado por Julia Kristeva em finais da década de sessenta, que se viria a difundir com particular sucesso. Pode levar talvez mesmo ao risco de uma "utilização" excessiva do literário, quando não de utilitarismo...

Não poderá contudo esse alargamento ignorar os caminhos de interpretação e de análise do *texto* (noção provocadora, quando não de intenções demolidoras, da longa história do universo de referência da *vieuvre* de que falava Compagnon nas suas reflexões sobre história e teoria literária) literário abertos pelas perspectivas teóricas centradas sobre a poética do próprio texto, e das quais a revista *Poétique* tem vindo a ser, desde a sua fundação na Ecole Normale Supérieure em 1969, um dos principais veículos difusores no campo dos estudos literários franceses. Do mesmo modo que o "centramento" sobre o texto, no qual G. Genette faz confluir

as tendências da "crítica imanente"(Genette, 2001: 131-150) não poderá ignorar as perspectivas de estudos incidentes sobre as condições de produção e de recepção das *obras* literárias. Sobre a necessidade de desenvolvimento deste campo de análise havia já alertado Gustave Lanson (autor que urge "libertar" de um redutor apego à "explication de texte" que começou por seduzi-lo, mas haveria de o enredar no "lansonismo"), num projecto adiado e que as actuais tendências de índole sociológica parecem poder concretizar, ao viabilizar as possibilidades de aplicação do conceito fecundo de "champ" (Bourdieu) aos estudos literários¹⁸.

Uma das áreas em que actualmente se desenvolvem, com algum sucesso, os estudos franceses, é a área dos estudos francófonos. Conviria desde logo tecer algumas considerações acerca deste termo e das suas eventuais conotações.

O primeiro aspecto a definir é de natureza puramente espacial: qual a perspectiva a partir da qual se considera a francofonia. De um ponto de vista interno, isto é, a partir de França? Acedemos então a toda uma estrutura institucional estatal que define o âmbito do conceito e os objectivos e métodos de actuação daquela estrutura. Assim, o conceito de francofonia surge desde logo enquadrado numa política de promoção da acção cultural francesa no estrangeiro, da qual a difusão da língua francesa é um veículo privilegiado mas não exclusivo (apesar da designação de um dos seus organismos mais representativos: a Délégation Générale à la Langue Française et aux Langues de France; ou do cargo de Director da Coopération Culturelle et du Français). Referimo-nos não só concretamente aos objectivos da Agence Universitaire de la Francophonie (AUF), como a todas as iniciativas concertadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, no que toca à promoção de encontros internacionais, alguns dos quais visando precisamente o incremento da cooperação internacional, do livro, de exposições, das representações culturais, etc., e a todo o trabalho desenvolvido pelas delegações dos serviços culturais e de cooperação educativa adstritos às embaixadas na captação de novos públicos, e de novas áreas de intervenção. Uma acção exercida também em domínios que ultrapassam largamente os contextos culturais e se inserem numa estratégia mais ampla de ajuda ao desenvolvimento, no caso dos

¹⁸ Jérôme Meizoz, professor nas universidades de Genève e Lausanne, traça uma esclarecedora síntese dos percursos destes estudos bem como das suas novas orientações numa obra que publicou recentemente (2004).

chamados "países emergentes". A noção de francofonia, neste contexto, corresponde claramente a desígnios de natureza política e económica. Procedimentos vários, que continuam a fazer da França o país que mais investe na promoção da sua língua no estrangeiro, quer através da promoção de acções de índole cultural quer do número de estruturas institucionais que sustenta para esse fim¹⁹.

Do ponto de vista estritamente literário, e decorrente deste contexto, a noção de literaturas francófonas passou a designar, primordialmente, as literaturas de língua francesa das antigas colónias e, subsidiariamente outras literaturas de expressão francesa, nomeadamente europeias que, ora viam os seus autores integrados no panorama da produção literária francesa, ora relegados para o plano da literaturas *conexas* ou *marginais* nas histórias da literatura²⁰.

Considerada de um ponto de vista exógeno, a noção de francofonia não remete porém necessariamente para este contexto.

Curiosamente, a deriva dos estudos franceses subsequente ao questionamento do paradigma filológico e do lugar preponderante que a literatura francesa aí ocupava, proporciona, no campo específico dos estudos literários, uma inusitada atenção a um núcleo de produções literárias que a história literária tradicional ignorava, ou qualificava acessoriamente, quando não incorporava liminarmente no *corpus* dos autores franceses. Refiro-me, naturalmente, às literaturas de expressão francesa europeias. Mais recentemente, a literatura do Québec, as literaturas africanas, das Antilhas ou do Pacífico Sul fazem ouvir a sua voz no concerto da francofonia. Esta afirma-se como uma área de estudos que tem vindo a desenvolver-se não globalmente nem maioritariamente no seio da universidade francesa, onde por vezes, como acontece em Paris III, surge integrada na formação em didáctica do francês como língua estrangeira, mas sobretudo no estrangeiro. Apelando cada uma daquelas literaturas a especificidades muito próprias, a enunciação da sua variedade

¹⁹ Continuamos a ouvir nos discursos oficiais um espírito de missão que faz largo uso de vocabulário em que a tonalidade militar se alia a objectivos económicos e políticos, e que torna familiares expressões como "conquista", "estratégia", "países emergentes", promoção do francês como "instrumento de ajuda ao desenvolvimento".

²⁰ Cf. o título do vol. 3, da colectânea *Histoire des Littératures*, coordenada por Raymond Queneau, e publicada pela Gallimard em 1978, "Littératures françaises, connexes et marginales".

e da sua identidade justifica plenamente o uso do vocábulo no plural: francofonias. Diversas, elas convergem no entanto na medida em que constituem focos de atracção do público para escritores preferencialmente contemporâneos²¹.

Com um passado histórico diferente, fazendo um uso diferente da língua francesa (língua materna no caso das europeias e da quebequense, e língua segunda no caso das outras), e atribuindo funções diferentes ao uso dessa língua (sobrevivência ou afirmação plena de uma identidade, consoante o momento histórico, no caso das primeiras, em contextos vizinhos de poder; afirmação de valores nacionais ou de resistência no caso das literaturas africanas ou insulares), elas convergem numa questão premente e que está longe de ser resolvida mesmo em regiões que pareceriam alheadas desta problemática, como a Suíça romanda – a questão identitária face à matriz francesa. É neste país pioneiro na proclamação dos direitos do homem, que Jérôme Meizoz reivindica ainda em 1998 [textos originais de 1994], para escritores consagrados como Jean-Jacques Rousseau, "le droit de mal écrire"; e que, a abrir o século XX, o autor romando mais conceituado, Charles-Ferdinand Ramuz, procurara um espaço de identidade no espaço simbólico da escrita, precisamente na ruptura entre o que chamou a "langue signe" (ou "le langage des livres"), mais conceptual e ideológica, vocacionada para a explicação (linguagem de Paris, subentenda-se), e a "langue geste", "goût de l'élémentaire", do silêncio do não formulado que transparece de um gesto ou de um olhar, ou de uma entoação peculiar mas que, para Ramuz, era o "tout proche parent du goût de l'universel" e que assim lhe permitia, ao "écrire pour personne, [écrire] pour tout le monde" (Ramuz, 1992: 53). Mais recentemente, em 2001, o escritor belga Jean-Pierre Verheggen entrega para publicação, nos circuitos mais alargados da conceituada colecção Poésie/Gallimard, o estranho título *Ridiculum vitae précédé de Artaud Rimbur*, reunindo textos de 1990 e 1994.

Interrogarmo-nos hoje sobre a validade e o seu correlato pragmático – finalidade – dos estudos franceses e, em particular, dos estudos literários franceses, para um público cada vez mais interessado na aplicabili-

²¹ O caso romando merecerá um tratamento diferenciado, uma vez que o processo de autonomização literária acompanha a história da constituição da Confederação: Cf. Francillon (1997), em particular o vol. 1. Para a história da literatura belga de expressão francesa, vd. Quaghebeur (1990 e 1998), e também Hanse (1992).

dade do ensino universitário das letras²², é uma questão que não pode iludir uma reflexão ponderada sobre a problemática da identidade desses próprios estudos. E, neste campo concreto, a cada vez mais sensível afirmação dos estudos francófonos nos departamentos de estudos franceses no estrangeiro constitui um sinal de mudança extremamente fecundo e propício ao desenvolvimento de novas vias de interesse para os estudos franceses. "Desterritorializados", estes alargam o "campo" em que se definem a outras mundividências, postulam novas formas de relacionamento entre língua e literatura, abrindo-se a novas combinatórias, e alargando a sua esfera de influência.

Assim acontece, por exemplo, em contextos universitários americanos e de incidência anglo-saxónica, desde os Estados Unidos à Austrália, onde prosseguem com igual sucesso a par dos estudos franceses medievalistas ou clássicos, por vezes integrados em contextos de estudo mais amplos, como os chamados "estudos globais" ou "europeus" ou, em âmbitos mais restritos, como os "estudos feministas"²³ ou de minorias étnicas ou sexuais, orientados segundo perspectivas inter ou transdisciplinares. Na Europa, é sem dúvida na Grã-Bretanha que estes estudos estão mais consideravelmente desenvolvidos, integrando, já há bastantes anos, os estudos franceses na sua generalidade. Confronte-se, a comprová-lo, as áreas temáticas propostas para o próximo congresso anual da *Society for French Studies*, a decorrer em Julho de 2005 na universidade de Leeds, em que temas tradicionalmente afectos aos estudos franceses clássicos, como " 'Le long dix-septième': 1580-1715", ou "Les études médiévales et la modernité", coexistem com temas tendencialmente mais abrangentes, como "Le cinéma et les sens", "Les genres au XXIe siècle", ou "Forme poétique et subjectivité", ou ainda "Néologisme et innovation linguistique". Se estes estudos já estão largamente implantados nos países que acabamos de referir, eles têm vindo a afirmar-se, nomeadamente em Espanha, (no que concerne a literatura belga, do Québec, africana e, mais recentemente, na universidade Complutense de Madrid, romanda), ou em Portugal (sobretudo através dos leitorados belgas e do Québec, ou de outros acordos internacionais, que contemplam países não pertencentes à

²² Veja-se o sucesso da fórmula "Línguas estrangeiras aplicadas", e das diferentes actualizações a que deu lugar em diversas propostas curriculares de várias universidades.

²³ V., por exemplo, as actividades da associação "Women in French" e as suas publicações.

Comunidade Europeia, como a Suíça)²⁴, sendo que nos países do leste europeu ou no Japão, eles são ainda relativamente recentes, seduzindo no entanto já um número apreciável de jovens investigadores, mercê de acordos de cooperação internacionais.

O contexto geopolítico, linguístico e estilístico dos estudos francófonos virá a ser valorizado pelas perspectivas de abordagem teórico-literárias pós-coloniais que entretanto vieram a lume a partir de textos pioneiros como os de Gayatri Spivak, Edward Said ou Homi Bhabba. Perspectivas que hoje informam as publicações de Jean-Marc Moura, por exemplo, autor de referência no estudo das "literaturas menores", para empregarmos a expressão que Deleuze e Guattari retomam de Kafka, e que se revela particularmente operatória na investigação sobre os contextos bi ou plurilingues em que se plasmam as literaturas que "desterritorializaram" a língua francesa, como é o caso vertente (Deleuze/Gattari, 1975). A recente criação, na Grã-Bretanha, de associações tais como a "Society for Francophone Postcolonial Studies", que realizou o seu primeiro colóquio internacional em 2003, herdeira da ASCALF, "Association for the Study of Caribbean and African Literature in French" (uma das associações pioneiras dos estudos francófonos na Grã-Bretanha e Irlanda), bem como as publicações que a revista *Francophone Studies* tem vindo a dar a lume desde os anos 1980, confirmam esta tendência, valorizadora das intersecções históricas, linguísticas e sociais em que se movem as literaturas francófonas, e que há muito deixaram de se resolver na relação unívoca com a matriz francesa.

Os estudos pós-coloniais podem assim trazer novos enfoques sobre os estudos francófonos, na medida em que, combatendo o centralismo europeu, afastam definitivamente uma concepção destas literaturas como resíduo dos estudos franceses e elevam para primeiro plano de análise os seus traços identitários e a partilha de problemáticas comuns. Donde a interligação destes estudos com áreas que vão desde a história, ao cinema, à música, à moda, à política, à linguística, ao desporto e aos fenómenos de massas, ou aos grupos sociais minoritários ou marginalizados, em suma, às questões levantadas pela nova realidade pós-colonial em que vivemos na actualidade. Realidade esta em que a Europa deixa de olhar o "outro" como ser "exótico", e passa antes a ser olhada e dita por esse

²⁴ Cf., por exemplo, o encontro científico recente organizado com a colaboração de jovens investigadores nestas literaturas (Laurel, 2004).

outro, que a integra e se exprime nas línguas europeias, simbolicamente reterritorializadas. Nova Europa tornada ela própria palco de novos exotismos, em que usos novos das suas línguas – muito particularmente da língua inglesa, mas também das línguas francesa e portuguesa – as reconfiguram, já não só como veículo de expressão (e, essencialmente, de comunicação) do outro e da sua cultura, mas como voz de uma Europa tornada lugar de encontro e de questionamento de culturas e da sua cultura, na fluidez das fronteiras e no fervilhar das constantes mobilidades em que o "outro" é afinal cada um de nós. Novos usos linguísticos em que se consubstanciam novas práticas estéticas da língua, logo, novas literaturas: veja-se a evolução da obra de Salman Rushdie a partir dos celeberrimos (mas talvez não tanto lidos) *Versículos Satânicos* até à sua última publicação traduzida em português, em Outubro de 2004, sintomaticamente intitulada no original *Step Across this Line*, e em tradução, *Pisar o risco (Colectânea de textos 1992-2002)*, na transição do século XX para o século XXI..., ou as obras de um Tahar Ben Jelloun ou de um Amin Malouf (cujo romance, de teor autobiográfico, *Origens*, acaba de ser traduzido em português), por exemplo, ou ainda, a obra que o suíço Daniel de Roulet, vai construindo na passagem entre a França e a Suíça, e que a sua última publicação, *L'envol du marcheur* (Genève, Labor et Fides, 2004), pode ilustrar.

Sinal claro desta nova realidade que recusa a matriz centrípeta do termo "francofonia", quando aplicado em contextos exógenos, é dado pela não adopção da expressão ambígua de "literaturas francófonas" a estas literaturas quando elas são designadas no seu espaço originário²⁵: veja-se a reedição, em 1998, de *Balises pour l'histoire des Lettres belges de langue française* (1982), por Marc Quaghebeur, ou mesmo a designação de centros de investigação especializados como o "Centre de recherches sur les lettres romandes" da universidade de Lausanne²⁶.

²⁵ Pude aperceber-me melhor desta realidade a nível institucional, durante a minha participação num ciclo de seminários e debates organizado em Setembro de 2004 pelo "Centre de recherches sur les lettres romandes" (U. Lausanne), destinado a investigadores estrangeiros da literatura romanda. Constatei de facto que, na Argélia, por exemplo, na universidade de Annaba, o termo não é simplesmente utilizado, em favor da designação da literatura específica pelo país de origem e pela língua veicular: assim, aí encontraremos uma literatura argelina de língua francesa, o mesmo acontecendo na universidade de Cheikh Anta Diop de Dakar, relativamente à literatura senegalesa de língua francesa.

²⁶ Fundado em 1965, o nome deste centro de investigação confirma a pressuposta exis-

Possível no contexto actual de resolução definitiva de laços políticos constrangedores, o reconhecimento identitário subjacente à sua própria designação – literatura argelina, tunisina, senegalesa ou antilhesa de expressão francesa, etc., – coloca desde já as premissas dessa mudança nos estudos literários franceses: partilhando uma língua, cada uma destas literaturas veicula uma cultura patrimonial. Como disse Paul Aron, professor na Universidade Livre de Bruxelas, numa das suas intervenções no Seminário internacional sobre os estudos franceses a que fizemos alusão no início deste estudo: "à mon sens, loin d'être un complément de la littérature française, la littérature francophone est plutôt l'expression de son manque. Elle est le lieu où se dit que les études françaises enseignent de l'identitaire et du patrimonial, et non pas seulement des valeurs culturelles".

O reconhecimento identitário subjacente à sua própria designação reenvia para um processo de autonomização e de afirmação patrimonial que invalida definitivamente por um lado, uma concepção de estudos franceses culturalmente unidireccional e, por outro práticas monolíticas de ensino. Concomitantemente, esse reconhecimento legitima perspectivas de abordagem não só comparatistas, no plano especificamente literário, mas também transdisciplinares. Longe de caminharem no sentido de uma autonomização isolacionista, a que o seu estatuto de literaturas minoritárias poderia à primeira vista conduzir, mas precisamente porque constroem diferentes usos da língua francesa e são herdeiras de uma historicidade própria, essas literaturas postulam-se entre si e revelam capacidades criativas de novos contextos simbólicos de afirmação²⁷. Contextos vividos por Edouard Glissant, na sua partilha entre as Antilhas e Paris, numa perspectiva de solidariedade, que o autor não articula em termos simplistas sentimentais, mas como elemento de cultura: "La solidarité que j'ai dite est vraiment vécue, c'est-à-dire n'est pas un simple élan d'affecti-

tência de um espaço literário próprio no campo das letras. É interessante analisar a evolução da autonomização deste campo não só relativamente à matriz francesa – "lettres romandes", como em relação a um hipotético campo literário nacional, patente na designação do centro de investigação. A consciência da complexidade histórica desta literatura, e sobretudo a sua reconhecida identidade na história da literatura, reconhecida esta como disciplina dos estudos literários, subjaz ao título da colectânea *Histoire de la littérature en Suisse romande*, organizada por Roger Francillon, conferindo agora lugar de destaque, quatro décadas volvidas sobre aquela data, ao seu objecto, a história da literatura, e afastando assim possíveis identificações de índole regionalista.

²⁷ Cf., por exemplo, o que diz Daniel Maggetti (1997: 49-55).

vit , mais aussi un élément de culture" (Glissant, 1997: 65). Nesta proposta, precursoramente formulada por Glissant em 1956 no texto *Soleil de la conscience: Poétique I*, poderemos encontrar os fundamentos para uma reflexão sobre a literatura (e o seu ensino) como "contra-poder". O estudo destas literaturas,   luz da proposta de Glissant, adquire, no contexto globalizado actual de tendência monolingu , uma importância relevante, ao fundamentar o diálogo intercultural (o multiculturalismo de que tanto se fala, mas que muitas vezes se resolve apenas numa dimensão vertical, herdeira de concepções proselitistas de desenvolvimento, manifestadas em questões como a "acultura o" das massas migrantes *versus* exclusão social), numa perspectiva em que a solidariedade   elevada ao nível de um valor cultural, resultante do reconhecimento identitário mútuo e do respeito pela diferença. Nesta proposta reencontramos o pensamento de Jean-Marie Domenach que, em livro publicado em 1967, perante o vazio deixado pela crise das ideologias (e conseqüente anula o do debate e sua substitui o pela imposi o violenta das identidades), e o *retorno do trágico* (conducente aos extremismos vários que hoje conhecemos), propunha uma via de desenvolvimento fecundo para os estudos literários, na indaga o dos sentidos políticos traçados entre o conhecimento literário e conhecimento do mundo: "Je voudrais que l'on consente un moment   inverser la démarche critique: au lieu de remonter   la littérature pour l'ordonner de commentaires, aller d'elle   la vie; au lieu d'en faire l'histoire, nous servir d'elle pour comprendre notre histoire" (Domenach, 1967: 7).

Abrir os estudos literários a estas literaturas significa assim poder igualmente procurar novos sentidos para a história da literatura que, abandonando definitivamente a sucessividade cronológica, passa necessariamente a ser perspectivada em termos do que designar mos com F. Braudel, a "longue durée", espaços temporais dinâmicos em que se projecta a transversalidade disciplinar. Neste contexto, a história literária comparada abre-se   história da recep o comparada das várias literaturas de expressão francesa. Situada nas encruzilhadas internacionais da circula o literária, esta apresenta, por seu turno, perspectivas interessantíssimas   questão por demais actual de sabermos até que ponto a literatura tem constituído um "poder" ou um "contra poder" no relacionamento internacional (Hilsum/Longre, 2003)²⁸. Associada   história das tradu es lite-

²⁸ Como compreender a cultura "wallone" sem se ter presente o impacto do Império de Carlos V nesta região; como compreender a literatura belga sem ter presente a ques-

rárias em França ou das traduções em línguas locais de obras francesas, a história da recepção comparada das várias literaturas de expressão francesa poderá ajudar-nos a situar de forma mais inteligível o campo dos estudos franceses ao longo da história. Situando-nos concretamente no campo do ensino, consideramos que o levantamento, nos arquivos escolares, dos livros dedicados ao ensino das língua e da literatura francesas, poderia constituir um elemento decisivo para o conhecimento do "outro" em momentos-chave do relacionamento histórico entre os povos, bem como do impacto que esse conhecimento, ou que essa imagem do outro, efectivamente exerceu nesse relacionamento, nomeadamente ao nível da elaboração dos "clichés" que desse "outro" ficam nos formandos.

Uma ilustração muito concreta desta perspectiva é o desenvolvimento contemporâneo dos estudos comparatistas não só vocacionados para o estudo de literaturas de expressão francesa autóctones, entre si (como, por exemplo, o colóquio sobre "La nouvelle francophone en Belgique et en Suisse", promovido pela universidade de Lyon 3, em 2001), mas incluindo também outras literaturas em torno de um tema, em que a língua francesa é também veículo de linguagem crítica. O colóquio organizado pelo Instituto Franco-Português, em 1999: "Océan: Archipel d'Archipels",²⁹ terá constituído um primeiro passo no sentido do desenvolvimento dos estudos comparados entre francofonias e lusofonias que tão promissor seria desenvolver...fica aqui a sugestão... Outros encontros abrem-se à pluralidade espacial e ficcional do campo literário francófono, como o organizado pelo "Centre d'Etude des Francophonies" da universidade de Bucareste, em Abril de 2002, que teve como objectivo analisar o particular relacionamento com a língua francesa e com a literatura produzida nesta língua na Suíça, na Bélgica e na Roménia por Benjamin Fondane, Emil Cioran, Matéi Visniec, entre outros escritores (Quaghebeur/Rossion, 2003). A importância de que se reveste o olhar do outro – na proximidade da sua distância – não só como elemento determinante no processo de construção da identidade, mas sobretudo como instrumento de legitima-

tão linguística; como compreender a tendência introspectiva e intimista da produção literária romanda bem como o pouco impacto dos principais movimentos literários franceses do s. XIX e mesmo do s. XX, como o "nouveau roman", por exemplo, sem termos presente as referências culturais protestantes desta cultura mas também o seu retraimento político, cultural e simbólico dentro do "mythe suisse", às influências francesas?

²⁹

Textos não publicados.

ção dessa identidade, levou à realização recente do encontro inédito na universidade de Lausanne já referido. Um dos aspectos mais enriquecedores deste encontro residiu precisamente nas diferentes representações que podem ter da literatura romanda os seus escritores vivos, os seus estudiosos e, entre estes, não só os investigadores locais como aqueles espalhados pelo mundo, condicionados que estão pelas suas próprias "enciclopédias" e representações simbólicas e que, graças a esta iniciativa, puderam experimentar de uma forma muito concreta, de que modo o conhecimento literário – através da partilha crítica de uma literatura de expressão francesa e do levantamento de problemas que esta mesma literatura partilha com outras literaturas minoritárias – pode promover a solidariedade de que falava Glissant como valor cultural, e contribuir para uma globalização de conotação positiva, em torno de uma língua entendida como o lugar da diferença partilhada: o francês.

Motores essenciais do desenvolvimento que hoje assumem os estudos franceses ou de expressão francesa no mundo, pela sua própria natureza, necessariamente deslocalizados, são não só encontros deste tipo, como todo o trabalho realizado pelas associações nacionais, de que a Associação Portuguesa de Estudos Franceses (APEF), que realizará o seu 1º colóquio em 2005, ou internacionais, cuja formação remonta a meados do século XX, como a AIEF, a AILC, a SFLGC, ou mais recentemente, a Association d'Etudes Françaises d'Europe Orientale, ou outras congéneres, são exemplo. Também o trabalho de qualidade desenvolvido por organismos únicos como a Voltaire Foundation que, no Reino Unido, publica as melhores edições dos clássicos franceses, ou por publicações periódicas como *Année francophone internationale*, ou as iniciativas numerosas dos Archives et Musée de la Littérature (Bruxelas), nomeadamente os colóquios que apoia, ou as colecções, como a recente "Documents pour l'Histoire des Francophonies" (dirigida por Marc Quaghebeur), nas suas três séries, "Europa", "África" e "Problemas teóricos das Francofonias", são de referir.

Do que fica dito se infere a importância que têm, a nível institucional, os departamentos de estudos franceses no estrangeiro na contemporaneidade: eles são o garante da continuidade da literatura, ao legitimar o seu cânone, mas também de "passeurs" dessa literatura, pelos seus formandos e investigadores, que a validam através do seu olhar crítico. Na actualidade, os diferentes programas de cooperação europeus ou de abrangência internacional mais lata, ou ainda o desenvolvimento de equipas de investigação internacionais ou de projectos de doutoramento em

co-tutela contribuem para a dinamização de uma outra dimensão dos estudos de expressão francesa, em que a literatura constitui decerto uma mais-valia, ao demonstrar toda a capacidade de abertura ao outro e ao mundo em que se plasma, e que estrutura esteticamente.

Em resumo, estou em crer que haverá lugar para os estudos franceses enquanto os concebermos neste mundo pragmático em que vivemos, em que o ensino universitário está cada vez mais condicionado pela lei da oferta e da procura e de objectivos profissionalizantes, como um "instrumento" (desculpem o "prosaísmo") que em muito ultrapassa esse mero patamar desvirtuador da ideia *universalista* fundadora da própria universidade e que lhe dá sentido. Pelo despoletar de sentidos que proporciona, esse "instrumento" convida (e pode ensinar) a "pensar" o nosso lugar no mundo.

Sobre a sua utilidade pronunciou-se, melhor do que ninguém, Gao Xingjian, prémio Nobel da Literatura na abertura do nosso século, no discurso que pronunciou a 7 de Dezembro de 2000 perante a Academia sueca e sintomaticamente intitulado "La raison d'être de la littérature", após ter evocado a sua dolorosa experiência de escritor durante os anos negros do totalitarismo de Mao Zedong, em que escondia os seus escritos em pequenos vasos de plantas (que haveriam depois de florescer): "c'est la littérature qui permet à l'être humain de conserver sa conscience d'homme". Para o autor, "les oeuvres littéraires dépassent les frontières, elles dépassent les langues grâce aux traductions, elles dépassent aussi les usages sociaux et certaines relations humaines particulières formées par l'histoire et le lieu, mais l'humain qu'elles révèlent en profondeur est universellement communicable à l'humanité entière" (Xingjian, 2001: 10-13). Nas sociedades actuais, regidas por tecnologias complexas ao serviço de uma cada vez maior acessibilidade dos cidadãos ao saber, sociedades em que se envidam esforços no sentido do desenvolvimento das suas competências plurilinguísticas e de leitura, os estudos literários beneficiam como nunca de condições optimizadas para o seu pleno desenvolvimento institucional³⁰: compete-nos a nós, universitários de letras, zelar para que estes estudos constituam a lição de tolerância e de aproximação

³⁰ Conviria aqui acentuar o interesse do desenvolvimento de estudos e de aplicações pedagógicas em áreas de confluência entre informática e ensino da literatura, numa perspectiva de formação alargada, e que em Portugal se encontram ainda numa fase incoativa.

entre os homens – pela partilha do universal que a literatura revela – que ilumina o pensamento de Gao Xingjian. Nesta ordem de ideias, os estudos literários franceses, muito particularmente no que estes estudos tocam o ensino da literatura, poderão ser conjugados no contexto de uma "poética da relação" (para voltar a um autor de língua francesa, Edouard Glissant) com o "outro" – na sua particularidade e universalidade –, e com o "conhecimento" – alargando assim o seu campo de incidência, num processo de globalização que entendemos como o espaço de liberdade que a literatura e o seu ensino nos oferecem.

Espaço globalizado e aberto que, afinal, sempre constituiu o espaço de circulação da criação artística e do conhecimento científico.

Referências bibliográficas

- BENSABAT, Jacob (1887), *Lectures morales et morceaux choisis des classiques français/Nova selecta franceza ou Trechos extrahidos dos melhores classicos francezes em prosa e verso para o estudo da lingua franceza...* Porto, Livraria Portuense de Lopes & C^a, terceira edição, correcta e muito melhorada, [1^a ed. de 1881].
- BONOLI, Lorenzo (2004), "Ecritures de la réalité", *Poétique*, 137, février.
- BRUÉZIÈRE, Maurice (1983), *L'Alliance française: histoire d'une institution*, Paris, Hachette.
- CARVALHO HOMEM, Armando Luís de (1987), "Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente", Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IV, Porto.
- DELEUZE et GUATTARI (1975), *Kafka. Pour une littérature mineure*, Paris, Minuit.
- DOMENACH, Jean-Marie (1967), *Le retour du tragique*, Paris, Seuil.
- FRANCILLON, Roger (dir.) (1997), *Histoire de la littérature en Suisse romande*, Lausanne, Payot-Lausanne.
- Genette, G. (2001), "Peut-on parler d'une critique immanente?", *Poétique*, 126, avril, pp. 131-150.
- _____ (2004), *Métalepse: de la figure à la fiction*, Paris, Seuil.
- GLISSANT, Edouard (1997), *Soleil de la conscience: Poétique I*, Paris, Gallimard.
- HANSE, Joseph (1992), *Naissance d'une littérature*, Bruxelles, Labor.
- HILSUM, M. et LONGRE, J.-P. (org.) (2003), "La nouvelle francophone en

- Belgique et en Suisse", *Actes du Colloque International*, Lyon, C.E.D.I.C., Centre Jean Prévost.
- LAUREL, Maria Hermínia Amado (2001), "L'enseignement de la langue et de la littérature françaises au Portugal entre 1910 et 1936: aspects idéologiques et institutionnels" in Escalle, M.-C. Kok et Melka, F., *Changements politiques et statut des langues: histoire et épistémologie 1780-1945*, Amsterdam-Atlanta, GA, Editions Rodopi.
- _____ (2002), "Notas para uma história da Alliance Française em Portugal", *O Ensino particular das línguas e literaturas estrangeiras em Portugal, Actas das las Jornadas APHELLE*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 8 de Março de 2002, pp. 65.
- LAUREL, Maria Hermínia Amado (coord.) (2004), *Leituras na francofonia: uma língua, culturas diferentes*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- MACHADO, Álvaro Manuel (1984), *O "francesismo" na literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, col. Biblioteca Breve.
- MAGGETTI, Daniel (1997), "La Suisse romande: francophone, minoritaire, heureuse", in *Actes des I Journées francophones de l'Université d'Aveiro*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- MEIZOZ, Jérôme (1998), *Le droit de "mal écrire": quand les auteurs romands déjouent le "français de Paris"*, Genève.
- _____ (2004), *L'oeil sociologue et la littérature*, Genève-Paris, Slatkine Erudition.
- QUAGHEBEUR, M. (1990), *Lettres belges, entre absence et magie*, Bruxelles, Editions Labor.
- _____ (1998), *Balises pour l'histoire des lettres belges*, Bruxelles, Editions Labor, [1982].
- QUAGHEBEUR, Marc et ROSSION, Laurent (org.) (2003), *Entre aventures, syllogismes et confessions: Belgique, Roumanie, Suisse*, Bruxelles, P.I.E.-Peter Lang S.A.
- RAMUZ, Ch.-F. (1992), "Lettre à l'éditeur Bernard Grasset", [1928] in *Deux lettres*, Lausanne, L'Age d'Homme, coll. "Poche suisse".
- XINGJIAN, G. (2001), *La Raison d'être de la littérature*, suivi de *Au plus près du réel: dialogues avec Denis Bourgeois*, Paris, L'Aube Poche.